

A CAPACITAÇÃO DOS CUIDADORES ESCOLARES E SUA IMPLICAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Kévvia Dawlay Lima da Silva ¹
Kalina de França Oliveira ²

RESUMO

O cuidador escolar tem um papel fundamental no processo de inclusão do estudante com alguma deficiência física, intelectual e/ou transtorno específico, pois o auxilia nas atividades de alimentação, higiene e locomoção e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária a sua presença. O presente artigo tem como objetivo geral compreender o entendimento que os cuidadores escolares têm acerca do que seja uma educação inclusiva e como objetivos específicos verificar se o cuidador escolar sabe qual o seu papel no contexto de uma escola/educação inclusiva e investigar acerca da capacitação dos cuidadores escolares que atuam nas escolas públicas. Trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória, de abordagem qualitativa, de método não experimental, realizada com dez cuidadores escolares. Os dados foram produzidos a partir da aplicação de questionários virtuais e analisados considerando a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2016). Os resultados apontaram que muitos dos participantes não compreendem o que é uma educação inclusiva, não sabem qual o seu papel dentro do ambiente escolar e nem se sentem capacitados para atuarem como cuidadores escolares. Torna-se basilar analisar as referidas considerações, tendo em vista que esta função tem um papel importante na construção de uma educação inclusiva, pois tais profissionais são pontes na construção de um sistema de ensino equitativo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Cuidador Escolar, Capacitação.

INTRODUÇÃO

Ao falar de inclusão o que vem à mente é a ideia de incluir alguém/coisa em algum lugar. Entretanto, compreender a educação inclusiva vai além de apenas ofertar matrícula a uma pessoa com deficiência ou alguma necessidade educacional especial e inseri-la no espaço físico da escola. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 5).

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, kheudawlay@gmail.com;

²Mestra pelo Curso de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, kalina.ufpb.tae@gmail.com;



Logo, a educação com equidade é um dos pilares que conduz o desenvolvimento dos sujeitos no contexto escolar, para que aconteça, de fato, uma educação inclusiva, onde todas as pessoas possam ser beneficiadas e assistidas no processo de escolarização, levando em consideração suas singularidades.

A educação especial foi por muito tempo considerada um tipo de educação paralela. Nos dias de hoje, essa educação é uma modalidade que faz parte da educação regular e perpassa todos os níveis de ensino. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

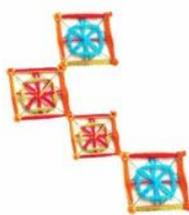
No decurso da educação inclusiva aconteceram alguns marcos históricos como a exclusão, segregação e integração, para que hoje fosse possível discutir e tentar tornar real o processo da inclusão. Vale ressaltar que o período da integração teve uma grande importância no avanço do paradigma da inclusão, pois foi nesta fase em que as pessoas com alguma deficiência tiveram acesso à escola regular.

A Declaração de Salamanca (1994) começa a quebrar o paradigma da integração, mostrando que é possível todos os estudantes aprenderem juntos, com os devidos apoios necessários para cada um, reconhecendo as diferenças individuais e, o melhor de tudo, aceitando e aprendendo a conviver com elas. No processo de integração a pessoa deve se adaptar ao meio; já na inclusão não, o meio deve se adaptar ao sujeito.

O cuidador escolar tem um papel fundamental na vida de um estudante com alguma deficiência física, intelectual e/ou transtorno específico. Tratando-se do novo perfil educacional, o cuidador escolar deve atuar em diversas atividades, auxiliando os discentes que precisam dos seus serviços, garantindo a inclusão no espaço escolar e avanços na aprendizagem destes sujeitos.

Esta pesquisa surge com a problemática de compreender: como o nível de capacitação do cuidador escolar interfere nas práticas da educação inclusiva?

Este artigo, de modo geral, objetiva-se compreender o entendimento que os cuidadores escolares têm acerca do que seja uma educação inclusiva. Tendo como objetivos específicos, a saber: a) Verificar se o cuidador escolar sabe qual o seu papel no contexto de uma escola/educação inclusiva; b) Investigar acerca da capacitação dos cuidadores escolares das escolas públicas.



A referida pesquisa se justifica academicamente por ser necessária tal investigação, haja vista que a temática capacitação dos cuidadores escolares é pouco discutida e se encontram poucos escritos acadêmicos; justifica-se socialmente pois é de suma importância valorizar estes profissionais, que por vezes passam invisíveis no contexto escolar. Somando-se às justificativas acadêmica e social, é de interesse das pesquisadoras investigarem tal problemática, por participarem (extensionista e coordenadora) do Projeto de Extensão Capacitando Cuidadores para Escolas Inclusivas (Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação), em 2020.

2 METODOLOGIA

Com relação ao delineamento, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, do tipo pesquisa de campo, de método não experimental (GIL, 2002).

A pesquisa ora em evidência teve a participação voluntária de 10 (dez) cuidadores escolares que atuam na educação básica em escolas públicas regulares. A coleta de dados foi realizada virtualmente nos primeiros quinze dias do mês de agosto de 2020, com a utilização do *google docs*, onde o link do formulário eletrônico foi compartilhado na *bio* da página do *instagram* do Projeto de Extensão Capacitando Cuidadores para Escolas Inclusivas (@capacitandocuidadores) e assim os cuidadores escolares puderam responder individualmente, sendo assegurado o anonimato dos participantes e o direito de participação voluntária.

Os dados foram sistematizados de forma qualitativa, considerando a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2016), que possibilita a confirmação ou negação das hipóteses ou proposições. A análise de conteúdo de Bardin instiga o pesquisador, ao permiti-lo utilizar variados procedimentos analíticos, tanto interpretativos quanto estatísticos, para analisar os dados coletados em uma pesquisa de campo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O público alvo da educação inclusiva são todos e quaisquer estudantes e a bandeira da inclusão escolar é a garantia de que todos tenham acesso igualitário à educação, independentemente de qualquer contexto, condição ou mesmo deficiência que o estudante apresente, pois “o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural,



social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008, p. 5).

A trajetória da inclusão é marcada por processos de lutas. Segundo Freire *et al* (2019), em um passado, ainda recente, as pessoas com deficiência eram compreendidas apenas como sujeitos que dependiam de outros para tudo. Assim, é preciso quebrar condicionamentos e rótulos que muitos dão à pessoa com deficiência, dentro e fora do ambiente escolar, considerando-se que há fortes heranças de um passado recheado de preconceito, onde as diferenças eram vistas como pecado, aberração, anomalia, entre outros.

Consoante Freire *et al.* (2019, p. 94), “todo processo histórico é carregado de significado e de descobertas, por isso o processo inclusivo não é diferente”. No período de exclusão, a pessoa com deficiência não tinha direito à educação, eram excluídas da sociedade, muitas vezes mortas, além de serem consideradas impuras, possuidoras de algum castigo divino. Segundo Lima (2018), todo percurso da pessoa com deficiência foi embasado dentro de um modelo de sociedade que gradativamente anulava a sua possibilidade de participação social, marcado pelos maus-tratos e até com a opção do descarte.

Na época da segregação, as pessoas com deficiência viviam separadas de suas famílias, em instituições. Conforme Sousa (2020), nesta fase, o olhar voltado à pessoa com deficiência era pela ótica médica e assistencialista; dessa forma, competia a esses sujeitos espaços segregados socialmente, como hospitais, asilos, conventos, onde recebiam o básico para sua sobrevivência e atendimento ou tratamento médico, eram então vistos como pacientes e não como educandos. Contudo, ainda no período de segregação, foram criadas as primeiras escolas especiais; neste momento, as pessoas com deficiência passaram a ter direito à educação formal.

A fase da integração foi um salto importante para chegada do paradigma atual. Nesta época os estudantes chegam às escolas regulares, porém, garantindo apenas o direito de se matricular. Esses sujeitos estudavam em turmas separadas dos demais estudantes. A visão da sociedade neste período, para pessoas com deficiência, era a visão da normalização, ou seja, esse público teria que se moldar para se enquadrar/se encaixar no meio social e educacional.

Muitos movimentos de luta por direitos à pessoa com deficiência aconteceram nesta época. Documentos legais e normativos foram criados, garantindo assim, através da lei, o direito de uma mesma educação para todos. Segundo Lima (2019, p. 96):

A partir da flexibilização do acesso educacional das pessoas com deficiência para sua integração no sistema regular de ensino, percebe-se a necessidade de mudança no seu ordenamento legal sobre as diretrizes que fomentam a sua participação no



novo modelo de educação, viabilizando a aprendizagem escolar, extinguindo com isso o seu acesso na forma de caráter opcional e tornando-o obrigatório.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) traz vários documentos da década de 1990, que trouxeram avanços para uma educação inclusiva, como, a saber: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990); Declaração Mundial de Educação para todos (1990); Declaração de Salamanca (1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Esses documentos legais e normativos foram essenciais para a mudança no paradigma educacional, do ponto de vista inclusivo.

A educação inclusiva, considerada como o contexto da atualidade, começou a dar grandes saltos no início do século XXI, “na contramão da ideia de uma escola uniformizadora e homogênea, o paradigma da inclusão, busca criar uma escola baseada na igualdade de direitos e numa sociedade justa e inclusiva” (SOUSA, 2020, p. 167). Vale ressaltar que, nesta perspectiva de educação, busca-se de fato a igualdade de direitos, porém a promoção da equidade de oportunidades. Dessa maneira, a educação inclusiva é garantida e efetivada a todos, levando em consideração as particularidades de cada sujeito. “Caso contrário a igualdade de direitos e a equidade de oportunidades, tampouco a inclusão que tanto se defende, se efetivarão no cotidiano social e escolar” (ARAÚJO, 2020, p. 226).

O direito e a obrigatoriedade da matrícula trouxeram às escolas regulares muitas pessoas com deficiência, pois “o direito de todos os indivíduos à educação, como parte do processo de inclusão social, deve ser respeitado, independentemente das dificuldades do aluno” (SOUSA, 2020, p. 170). Com a chegada destes estudantes o sistema teve que se ressignificar e com esta ressignificação chegaram os cuidadores escolares, agentes ativos deste sistema inclusivo.

3.1 O CUIDADOR ESCOLAR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No cenário atual, referente à educação inclusiva, o cuidador escolar tem um papel de grande valia no processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência, pois conforme Silva (2018, p. 40), “esses profissionais são de suma importância haja vista que eles não atuam somente na higiene, alimentação e locomoção, atuam também sempre que necessário em sala de aulas orientando os educandos em seus deveres de casa”.

Talvez esse profissional ainda não tenha percebido o seu lugar de fala, tendo em vista a invisibilidade, a má remuneração e a longa jornada de trabalho; entretanto, “mesmo que eles não se percebam como tal no sistema educacional – pois a presença deles até agora tem sido



‘desvalorizada’, tendo em vista o vínculo trabalhista adotado para eles e o tipo de remuneração que recebem – eles fazem parte do cenário educacional” (LIMA, 2018, p. 105).

O número de concursos públicos no Brasil para o cuidador escolar é insignificante, considerando a grande demanda do público que tem direito ao apoio deste profissional. De modo geral, essa é uma realidade que precisa ser transformada. O cuidador escolar, na sua grande maioria, assume esse trabalho por meio de contrato temporário, muitas vezes por aquisição ilícita de pleito, sendo manobra para políticos em tempos de eleição. “A maioria desses profissionais ingressa no serviço público na atualidade sob regime de contratação temporária, ou seja, sem perspectiva e continuidade para o exercício profissional” (LIMA, 2018, p. 126). Partindo dessa premissa, já se percebe a precarização deste trabalho, pois a preocupação da contratação não é com a inclusão, nem tão pouco com quem precisa dos serviços do cuidador, mas com o intuito de angariar votos e apoio político.

Ao longo dos anos houve muita confusão a respeito da nomenclatura e da função do cuidador escolar. Os próprios documentos legais trazem vários termos e definições quando se referem a esse profissional. Eles são/foram chamados de monitor, mediador, acompanhante especializado, acompanhante terapêutico (AT) e profissional especializado; percebendo-se que “a sua nomenclatura varia, mas a sua função não é bem esclarecida sobre a real especificidade de função de apoio” (SILVA, 2014, p. 33). No entanto, hoje em dia, embora o termo cuidador escolar seja o que mais comumente utilizado ao mencionar esse profissional, a lei mais recente, referente à educação inclusiva, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), traz em sua nomenclatura o termo profissional de apoio escolar (art. 3, inc. XIII):

Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015).

No Brasil, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), a educação escolar é dividida em dois níveis, Educação Básica e Educação Superior. Na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (art. 3, inc. XIII), diz que o profissional de apoio “atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino” (BRASIL, 2015). Logo, esse profissional poderá perpassar da Educação Infantil até o Ensino superior, demonstrando assim sua importância e responsabilidade ao longo do processo.



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abaixo, o primeiro Quadro-Síntese (Quadro 1), desenvolvido a partir das respostas ao questionário realizado através do *google docs*, nos primeiros quinze dias do mês de agosto de 2020.

Quadro 1 – Educação Inclusiva

Eixo Condutor 1: O cuidador escolar e seu entendimento acerca da educação inclusiva		
Categorias	Participantes	Verbalizações
Compreende educação inclusiva de maneira geral	P2, P4, P6, P7 e P9	<ul style="list-style-type: none"> ✓ “É uma forma de tratar todos iguais”; ✓ “É a valorização das diferenças respeitando as faixas etárias e o desenvolvimento da criança”; ✓ “Educação inclusiva é aquela que a escola se adapta para atender as necessidades do aluno e não o contrário”; ✓ “A educação inclusiva é a janela para garantir o direito de todos os educandos, pois ela pressupõe a igualdade de valorização das diferenças humanas seja ela física, sensoriais e de gênero. A educação inclusiva é um ato de acolher”; ✓ “Uma comunidade pronta para receber qualquer pessoa para fazer parte do crescimento educacional e se tornar um cidadão”.
Compreende educação inclusiva somente para pessoas com deficiência	P1, P3, P5, P8 e P10	<ul style="list-style-type: none"> ✓ “A educação Inclusiva é o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino”; ✓ “Inclusão de crianças com deficiência na escola”; ✓ “Incluir o aluno com deficiência”; ✓ “É a integração do aluno com necessidades especiais a sala regular, permitido que ele tenha o livre acesso a uma educação de qualidades”; ✓ “É a inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar garantindo que o aluno tenha acesso a aprendizagem com igualdade de condições”.

Fonte: Dados obtidos por meio de aplicação de questionário através do *google docs*, 2020.

Adiante, o segundo Quadro-Síntese (Quadro 2), trazendo a compreensão dos cuidadores escolares acerca do seu papel no contexto educacional:

Quadro 2– Papel do Cuidador Escolar

Eixo Condutor 2: O cuidador e o seu trabalho no contexto escolar		
Categorias	Participantes	Verbalizações
Especifica o seu papel	P5, P6, P8 e P9	<ul style="list-style-type: none"> ✓ “O papel do cuidador é de auxiliar o aluno nas aulas e dentre outras necessidades do aluno, seja ela na alimentação, para se locomover,

		<ul style="list-style-type: none"> ✓ realizar a higiene corporal e dentre outras”; ✓ “Auxiliar nas atividades escolares, assim como a locomoção, realizações na higiene corporal, vestir, alimentação etc.”; ✓ “Auxiliar o aluno na realização de suas atividades escolares e física e ajudá-lo na socialização com os demais alunos e todos que compõe uma instituição escolar”; ✓ “Auxiliar o aluno com necessidades especiais em atividades da rotina escolar e auxiliar nas necessidades básica, higienização e alimentação”.
Generaliza o seu papel	P1, P2, P3, P4, P7 e P10	<ul style="list-style-type: none"> ✓ “Cuidar para que a criança seja incluída em todos os espaços sem discriminação”; ✓ “Auxiliar os alunos dentro da escola”; ✓ “Auxiliar parcialmente os alunos nas tarefas na escola, alimentar, vestir, locomover e realizar higiene corporal”; ✓ “Acompanhar a criança especial e ajudar nas suas dificuldades”; ✓ “Mediar o aprendizado deste aluno junto com a comunidade escolar”; ✓ “Facilitar a socialização e aprendizagem do aluno com deficiência”.

Fonte: Dados obtidos por meio de aplicação de questionário através do *google docs*, 2020.

A seguir, o terceiro Quadro-Síntese (Quadro 3), apresentando o pensamento do cuidador escolar em relação a sua capacitação:

Quadro 3– Capacitação do cuidador escolar

Eixo Condutor 3: Entendimentos apresentados sobre a capacitação do cuidador escolar		
Categorias	Participantes	Verbalizações
Sente-se capacitado	P2, P3, P7, P8, P9 e P10	<ul style="list-style-type: none"> ✓ “Tenho vários cursos dentro da educação inclusiva, por esse motivo vejo que sou capacitado para atender os alunos com deficiência”; ✓ “Porque fiz o curso de cuidador e sou amorosa com as crianças”; ✓ “Possuo cursos na área de educação inclusiva e tenho experiência com alunos portadores de necessidades especiais”; ✓ “A grande busca de aprendizado para aperfeiçoar as dificuldades que eu possa me deparar durante a rotina escolar com o aluno a ser cuidado”; ✓ “Porque ajudo a criança a se desenvolver em sala”; ✓ “Faço o que for preciso para ajudar”.
Considera-se parcialmente capacitado	P1 e P6	<ul style="list-style-type: none"> ✓ “Já tenho mais experiência e sei que posso ser uma boa cuidadora”; ✓ “Tento fazer o melhor trabalho possível para atender as necessidades do aluno que estou auxiliando”.

Não se sente capacitado	P4 e P5	<ul style="list-style-type: none"> ✓ “Não me acho!”; ✓ “Preciso estudar muito sobre o tema”.
-------------------------	---------	--

Fonte: Dados obtidos por meio de aplicação de questionário através do *google docs*, 2020.

Esse questionário pauta suas respostas em Eixos Condutores: Eixo Condutor 1: O cuidador escolar e seu entendimento acerca da educação inclusiva; Eixo Condutor 2: O cuidador e o seu trabalho no contexto escolar; Eixo Condutor 3: Entendimentos apresentados sobre a capacitação do cuidador escolar. A partir desses eixos condutores, foi possível destacar categorias temáticas, relevantes, a saber: compreende educação inclusiva de maneira geral e compreende educação inclusiva somente para pessoa com deficiência; especifica e generaliza o seu papel; sente-se capacitado, considera-se parcialmente capacitado e não se sente capacitado.

4.1 O CUIDADOR ESCOLAR E O ENTENDIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Não há exigências, nem especificidade sobre a formação do cuidador escolar, já que na maior parte dos casos esse profissional de apoio tem a formação mínima e não é exigida uma formação pedagógica específica para a sua atuação. Porém, compreender o que é a educação inclusiva é um ponto de partida para efetivar as ações que interfiram nas práticas escolares e gerem o ato de inclusão de todos, sem exceção, no sistema de ensino. Segundo Mantoan (2015, p. 28), “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

O público alvo da educação inclusiva são todos os estudantes e não apenas as pessoas com deficiência. Entretanto, o cuidador escolar atuará junto aos estudantes com deficiência, sendo uma ponte para inclusão desses sujeitos, por isso é importante que eles tenham consciência e conhecimento sobre o processo inclusivo, já que a sua função é fruto do paradigma da inclusão.

4.2 O CUIDADOR ESCOLAR E O CONTEXTO ESCOLAR.

É importante que o profissional de apoio escolar saiba qual a sua função, para que possa desempenhar seu papel de forma eficaz, para a promoção de uma escola inclusiva.

A profissão do cuidador escolar ainda não é regulamentada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ou seja, esse profissional não tem associação classista, nem sindicato. “As questões sobre o perfil profissional e a qualificação necessária para assumirem seus



postos de trabalhos ficam a critério das instituições que prestam seus serviços” (LIMA, 2018, p. 118). No caso dos cuidadores escolares, não há um critério de formação mínima, o que dificulta a sua valorização e a legitimidade desta categoria. Segundo Silva (2018), a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) traz a função do cuidador em ocupações no mercado de trabalho, mas apenas em registros administrativos e domiciliares, ou seja, a questão do cuidador escolar não é mencionada.

4.3 A CAPACITAÇÃO DO CUIDADOR ESCOLAR

É de suma relevância falar sobre a capacitação do cuidador escolar. Para Freire *et al* (2019), há carência de uma política pública que vise a profissão do cuidador escolar e forneça uma capacitação adequada, para que esse cuidador possa ser reconhecido pelo trabalho que realiza. Todavia, percebe-se como necessária uma capacitação, para que este profissional auxilie na permanência da pessoa com deficiência no ambiente escolar. Segundo Freire *et al* (2019, p. 103):

O cuidador é, também, um agente de transformação, pois possibilita uma mediação entre o conhecimento historicamente construído e passado em sala pelo professor ao educando com base em seu acompanhamento, pois é com eles que as crianças costumam tirar dúvidas e demonstrar suas dificuldades.

Na maioria das vezes, esse profissional chega às escolas e não conhece nada sobre deficiências; ter este conhecimento certamente enriqueceria as suas práticas em contextos reais de atuação. Por mais que hoje o acesso seja deliberado à informação via internet, a maioria dos cuidadores escolares não tem consciência crítica da sua realidade e muitos não buscam se capacitar. Na verdade, muitos cuidadores não sabem de fato qual é o seu papel dentro do contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se fazer um apanhado sobre o cuidador escolar, investigando o que os documentos legais tecem a seu respeito e qual é a sua função no ambiente escolar, com o intuito de compreender melhor esse assunto tão pouco discutido, todavia, de grande relevância, pelo fato do cuidador ter um papel importante na construção de uma educação inclusiva.

Refletindo sobre a problemática, que se deu em compreender como o nível de capacitação do cuidador escolar interfere nas práticas da educação inclusiva e observando as respostas do questionário virtual, foi possível ponderar que a capacitação voltada a esse profissional, de alguma forma, interfere nas práticas da educação inclusiva. Quanto mais



capacitação, mais chances haverá de ações inclusivas por parte deste profissional; pois terá conhecimento e propriedade para interferir de maneira consciente nas práticas escolares.

A presente pesquisa alcançou o seu objetivo geral, pois, a partir do questionário realizado através do *google docs* foi possível entender como o cuidador escolar compreende a educação inclusiva. Assim também, fez-nos refletir sobre a importância de possíveis capacitações, dispendo com que esses profissionais tenham mais entendimento sobre sua área de atuação.

Esta pesquisa supre as perspectivas iniciais relacionadas aos objetivos específicos, sendo possível alcançar os resultados, verificando se o cuidador escolar sabe qual é o seu papel no contexto de uma escola/educação inclusiva, como também, a questão da capacitação dos cuidadores escolares das escolas públicas. Vale destacar que, não é responsabilidade do cuidador escolar elaborar e realizar práticas pedagógica e nem adaptações de atividades, porém, é interessante que ele participe deste processo de construção, auxiliando de forma colaborativa o professor de sala de aula, sendo agente participativo e não apenas passivo.

Já foi dito, no processo de inclusão, que o meio deve se adequar à pessoa com deficiência. No entanto, não se faz referência apenas às questões arquitetônicas, é preciso levar em consideração a questão humana, a capacitação inicial e em serviço dos profissionais que atuam na educação inclusiva, dentre eles o cuidador escolar.

Este artigo traz contribuições relevantes a respeito do cuidador escolar, de sua capacitação e das implicações na promoção de uma educação inclusiva. Bem como, faz-nos compreender a relevância de uma capacitação mais específica para esse profissional, com a finalidade de atuar com qualidade e equidade no sistema de ensino, possibilitando uma educação mais justa e humana.

É necessária uma reflexão sobre o papel do cuidador, pensando também na sua função dentro da sala de aula, já que ele deve atuar em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária a sua presença. É oportuno a discussão e a reflexão acerca dessa temática, além da realização de práticas que valorizem, reconheçam e deem visibilidade a esse profissional.

Com relação às possibilidades de pesquisa nesta área, é possível, posteriormente, continuar explorando essa temática, haja vista a escassez de estudos sobre esse assunto. Conseqüentemente, possibilitando o conhecimento e a valorização dessa profissão, uma vez que, o cuidador escolar tem um papel crucial na construção de uma educação inclusiva, por atuar como ponte na construção de um sistema de ensino equitativo.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. **Inclusão e equidade nas oportunidades de ensino: o estudante surdo no contexto da educação inclusiva.** Revista Educação, Artes e Inclusão. ISSN 1984-3178, v.16, n. 2, p. 218-236, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 26 mai. 2020.

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais e Enquadramento da Ação.** 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

FREIRE, Kátia Maria de Aguiar; BRITO, Maria Durciane Oliveira; SILVA, Heber Ferreira da. **Acessibilidade e Inclusão: a importância do cuidador de crianças com deficiência física na escola.** RACE, Revista de Administração. ISSN 1806-0714, v. 4, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Leidy Jane Claudino de. **Cuidadores escolares e inclusão educacional: uma análise das políticas públicas que regulam o trabalho do cuidador na escola.** Dissertação de mestrado. João Pessoa: UFPB, 2018. 219f.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Summus editorial, 2015.

SILVA, Sayonara Meireles da. **Educação Inclusiva: A Importância do Cuidador Escolar no Acompanhamento do Educando com Deficiência.** Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2018. 46f.

SOUSA, Lazaro Mourão de. **Educação Especial no Brasil: o que a história nos conta sobre a educação da pessoa com deficiência.** Revista Bibliomar, São Luís, v.19, n.1, p. 159-173, 2020.